

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**

---

**RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015**

### **1. Introdução**

Em atendimento às exigências previstas na legislação que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, enfatizando, principalmente, Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, o RPPS PALMEIRA, por meio de sua Diretoria Executiva, apresenta sua Política de Investimentos para o ano de 2015, devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo, conforme Ata n.º 110 de 19 de Novembro de 2014.

A Política de Investimentos é um instrumento gerencial de suma importância para garantir a consistência da gestão dos recursos do Fundo de Previdência no decorrer do exercício, tendo em vista a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Ademais, trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do RPPS PALMEIRA.

A definição da Política de Investimentos visa buscar um incremento de receita para o fundo de previdência através de alternativas de mercado financeiro que apresentem, concomitantemente, as melhores condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Por meio dessa política, pretende-se, ainda, alcançar os índices de rentabilidade compatíveis com os previstos no cálculo que define a meta atuarial do exercício, qual seja o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano, observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos seguimentos de investimento e respeitando as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequada ao atendimento dos compromissos atuariais.

Tal parâmetro foi adotado por ser um índice oficial do Governo Federal utilizado para medição das metas inflacionárias.

### **2. Características e Objetivos do RPPS**

#### **2.1. Estrutura Organizacional da Unidade Gestora Única**

O RPPS PALMEIRA, em atendimento à Legislação que dispõe sobre os RPPS, possui uma estrutura organizacional composta pelos seguintes órgãos para tomada de decisões de investimentos:

- a) Comitê de Investimentos;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Administrativo; e
- d) Conselho Fiscal.

Do Comitê de Investimentos:

Cabe ao Comitê de Investimentos fazer o acompanhamento e controle da movimentação financeira e tomar decisões sobre resgates e aplicações dos recursos previdenciários para atender os fluxos operacionais. Também pode propor a mudança dos investimentos em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos.

Da Diretoria Executiva:

Representada pelo Presidente, Tesoureiro e pelo Secretário, desempenha funções referentes à coordenação, liderança e ampla articulação das atribuições inerentes ao controle do patrimônio e dos investimentos do RPPS.

Além de ser responsável pelas autorizações legais, a Diretoria-Executiva toma as decisões para a implantação dos ajustes estabelecidos na Política de Investimentos, operacionalizando resgates e aplicações de recursos.

Do Conselho Administrativo:

É responsável pela aprovação da Política de Investimentos dos recursos do fundo de previdência e das revisões que poderão acontecer

no decorrer do exercício de 2015.

É ainda de sua competência analisar e fiscalizar a aplicação dos recursos previdenciários quanto à forma, ao prazo e à natureza dos investimentos.

Do Conselho Fiscal:

É responsável pela fiscalização e o bom desempenho da Política de Investimento de acordo com o Art. 24, II e III, da Lei nº 2.404 de 30/09/2005 e Art. 8º da Lei Federal nº 9.717 de 27/11/1998.

## **2.2. Objetivos**

A Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema gerencial de controle, organização e manutenção do RPPS. Tem a função de melhorar a administração dos ativos financeiros e facilitar a comunicação entre os gestores e o mercado financeiro. Além disso, possibilita fazer adequações no âmbito do sistema de previdência, em decorrência de possíveis mudanças advindas do controle dos recursos aplicados no mercado financeiro que possam afetar o patrimônio do fundo.

Consiste em um instrumento gerencial que possibilita à Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, buscarem uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco aos quais serão expostos os conjuntos de investimentos do RPPS PALMEIRA.

A política de investimentos estabelece, ainda, o referencial de rentabilidade buscada pelos gestores, a adequação das aplicações aos ditames legais e a estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Buscando alcançar o índice referencial de rentabilidade real para as aplicações dos recursos previdenciários, a estratégia de investimento proposta prevê sua diversificação nos segmentos de renda fixa e renda variável.

As aplicações em fundos de investimentos poderão ser efetuadas em mais de uma instituição financeira oficial e, preferencialmente, em fundos de investimentos organizados para receber recursos no termos da legislação federal aplicada aos RPPS.

A administração do RPPS PALMEIRA, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual ou, se possível, superá-la.

"É importante ressaltar que, seja qual for alocação dos ativos, o mercado sempre estará sujeito a períodos adversos, ao menos em parte da carteira. Desta forma, é imperativo que haja um prazo para que o RPPS possa ajustar essas flutuações, permitindo-se a recuperação em caso de perdas ocasionais".

Assim, o RPPS deve manter-se fiel à Política de Investimentos definida originalmente a partir de seu perfil de risco, remanejando seus recursos com o objetivo de equilibrar a carteira de investimentos.

## **3. Avaliação de Cenário Macroeconômico**

Para a elaboração da Política de Investimentos de 2015, foi indispensável que, na data da formulação do relatório, os gestores dos RPPS buscassem conhecimento do cenário econômico do momento, ou seja, tomando como referência o ano de 2014 e das perspectivas futuras junto as publicações de entidades públicas e privadas.

### **3.1. Cenário em 2014**

No cenário econômico de 2014, realizado em 2013, as opiniões estavam bem divididas sobre o desempenho do Brasil, em um ano de Copa do Mundo e eleições, as opiniões se dividiam entre otimismo e pessimismo. Esta variação de humor no mercado durante o ano de 2014 se tornou cada vez mais frequente, o que fez com que os Institutos de Previdência amargassem "solavancos" no meio do caminho.

Como se não bastasse esta instabilidade ao longo do trecho rumo ao cumprimento da meta atuarial, este ano atípico não trouxe grandes ganhos aos RPPS, que tiveram que andar na "corda-bamba" do mercado financeiro cada vez mais incerto.

Em junho deste ano tivemos a Copa do Mundo no Brasil e em outubro, a atual presidente Dilma Rousseff foi reeleita, disputando o cargo contra o candidato do PSDB Aécio Neves. Foi uma disputa bem

acirrada, gerando grandes especulações e desconforto no mercado financeiro.

### **Renda Fixa**

A renda fixa teve grandes oscilações durante os meses, até o fechamento do mês de outubro, o IMA-B, principal benchmark utilizado pela RPPS, apresentou um aumento de 14,32%, em 2014 neste mesmo período do ano o índice apresentava uma queda de -7,87%. Isso ocorre porque quando os juros caem, o consumo aumenta e a inflação sobe, sendo assim, os títulos atrelados ao IPCA se tornam mais atrativos.

As NTN-Bs, que possuem forma de remuneração definida no ato da aplicação, tiveram grande destaque até outubro. Estes títulos públicos negociados em Tesouro Direto são pagos com taxas de juros pré-fixadas, mais a variação da inflação. As NTN-Bs que possuem vencimentos em 2015, com a perspectiva de um crescimento menor na economia do próximo ano, de acordo com a opinião de especialistas de mercado, os juros não deverão subir no curto prazo. Já as de longo prazo, sentirão o efeito oposto, uma vez que o cenário político tanto nos EUA como no Brasil resultaram em uma expectativa na elevação na alta dos juros.

A Selic passou maior parte de 2014 em 11% e após as eleições o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou para 11,25% a taxa. Por se tratar de um ano de investimentos conservadores, a Renda Fixa, mesmo com o aumento dos juros, e a poupança são o grande destaque neste ano em investimento entre os brasileiros.

Apesar de uma decisão no quadro eleitoral, ainda não é possível saber de forma segura a tendência até o final do ano e perspectivas para 2015. A taxa de câmbio, que ajuda a formar os preços dos ativos de renda fixa, confirma essa incerteza dos investimentos.

### **Juros e Inflação**

Em janeiro o Copom decidiu aumentar a taxa Selic para 10,5% ante 10% a.a. devido as pressões sofridas pela alta da inflação acima do esperado. O IPCA se mostrou resistente devido a depreciação cambial que ocorreu nos últimos semestres, custos no mercado de trabalho e o setor de transporte.

Em fevereiro a taxa de juros básica subiu para 10,75%, com o intuito de combater a inflação e controlar o consumo. Com a alta dos juros a tendência é que as pessoas consumam menos, porém com esta alta a economia fica estagnada, o consumo cai e o PIB tende a cair, diminuindo as esperanças de um aumento no crescimento da economia.

No mês de abril, mais uma vez o Comitê de Política Monetária aumentou a taxa de juros, deixando a Selic em 11% a.a., já esperado por grandes especialistas, voltando ao seu patamar mais alto desde novembro de 2011, onde a taxa também estava em 11%.

A Selic se manteve nos 11% até final de outubro, onde após as eleições o Copom se reuniu e decidiu elevar a taxa a 0,25%, surpreendendo o mercado, com a inflação ainda em alta, o Comitê optou por um aumento, depois de quatro reuniões seguidas mantendo o índice a 11%.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) segundo as projeções realizadas em 2013, o índice fecharia o ano de 2014 com uma alta 5,6% num cenário de juros e taxas de câmbio estáveis. Porém com a alta da taxa e incertezas de políticas econômicas, a inflação tem como perspectiva encerrar 2014 acima do teto da meta, até fechamento de outubro o acumulado é de 6,59%.

### **PIB**

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), com um aumento de 0,2% em 2014. Com a credibilidade do governo em baixa, inflação em alta, a política econômica em uma situação instável, fez com que o crescimento do PIB chegasse próximo ao zero, e havendo projeções de crescimento negativo durante o seu exercício. O ano de 2014, segundo alguns especialistas, tinha possibilidade de ser um ano bom para a economia no Brasil, por ser o ano de Copa do Mundo, onde recebemos milhares de estrangeiros consumindo no país, mas assim como a decepção com a Seleção Brasileira, nossa economia não decolou devido principalmente à incerteza dos investidores sobre as eleições e manifestações realizadas tanto por conta de insatisfações com o atual governo e com a situação do país em geral.

Com a grande falta de dinamismo da economia do Brasil, a expectativa para o PIB no final de 2014 é 0,2%, sendo a menor

expansão desde 2009, onde o PIB teve retração de 0,33%.

### **Contas Públicas**

A política fiscal pode finalizar o ano de 2014 com superávit próximo a zero. As contas públicas finalizaram outubro com o pior resultado, registrando um déficit primário de R\$ 25,5 bilhões, foi o quinto mês seguido de resultado negativo. O governo deverá reduzir a meta do superávit, onde era de R\$ 80,9 bilhões ou 1,55% do Produto Interno Bruto.

### **3.2. Perspectivas para 2015**

Após a escolha nas urnas em 26 de outubro de 2014 e a reeleição da presidente Dilma Rousseff para se manter ao cargo nos próximos 4 anos, as perspectivas para 2015 não sofrerão grandes alterações.

O ano de 2015 será de crescimento baixo e a inflação próxima ao teto da meta, e o último aumento realizado no final de outubro de 2014 na taxa Selic de 11,25% pode ser um indicador positivo de possíveis mudanças.

A política adotada pelo governo, de “segurar a mão no freio”, adotando como estratégia um crescimento menor no ano que vem, é para conter a inflação e poder crescer mais no futuro. Porém os avanços desta nova política só ocorrerão após a mudança na equipe e na gestão macroeconômica do país. A presidente ainda não anunciou quem será o novo ministro da fazenda, temos dois nomes o ex-presidente do Banco Central Carlos Henrique Meirelles e o ex-secretário executivo da Fazenda Nelson Barbosa, a escolha deverá ser anunciada após a reunião do G-20 em novembro.

### **Inflação e Juros**

Para a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic avançou para 11,25% ao ano no fim de outubro, e para o fechamento de 2015, a previsão continuou em 12% ao ano - o que pressupõe alta no próximo ano.

O aumento de juros é o principal instrumento do Banco Central para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. Para 2014, 2015 e 2016, a meta central de inflação é de 4,5%, mas o IPCA pode oscilar entre 2,5% e 6,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

Segundo a pesquisa do Banco Central, a expectativa dos economistas para a inflação em 2014, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, a previsão do mercado subiu de 6,32% para 6,40%.

### **PIB**

Para o Produto Interno Bruto (PIB), os economistas baixaram a estimativa de uma alta para 2015 e a estimativa de expansão da economia recuou de 1% para 0,80%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o crescimento da economia.

No fim de agosto de 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a economia brasileira teve retração de 0,6% no segundo trimestre deste ano e que estaria em "recessão técnica", que se caracteriza por dois trimestres seguidos de PIB negativo.

### **Indústria e Câmbio**

A perspectiva é que 2015 seja um ano de reajuste na economia que passará por alta no dólar, com uma expectativa de R\$ 2,80, podendo iniciar o ano com uma queda na taxa de cambio, mas com uma perspectiva de aumento nos juros dos EUA, a moeda norte-americana voltará a subir.

Para a indústria será um ano difícil, devido aos equívocos cometidos pelo governo federal, política econômica adotada pela Presidente em 2011. E a tendência para o próximo ano é que deverá recuar ainda mais, em virtude da indústria de transformação (que transforma matéria-prima em produto final) e da construção civil, que sofre, entre outros motivos, com a desaceleração do crédito imobiliário.

### **Agropecuária**

O cenário de incerteza do agronegócio - com a safra brasileira de grãos ainda sendo plantada e preços das commodities em queda - pode

levar o setor a perder, em 2015, um de seus vários rótulos: o de sustentador do Produto Interno Bruto (PIB).

A avaliação é de que a provável perda de renda do setor possa ser superada pela safra também recorde do País, o aumento da demanda global por alimentos, com destaque à proteína animal, bem como uma correção cambial, o que favoreceria as exportações em 2015. Esses fatores freariam, ao menos em parte, o viés negativo que a maior oferta das principais commodities pode trazer, principalmente após a safra norte-americana. Além disso, o agronegócio deve seguir líder em competitividade e produtividade em relação aos outros setores da economia brasileira.

#### **Renda Fixa e Variável**

A expectativa para a renda fixa é de que os juros em 2015 continuem entre 11% e 12% ao ano, até mesmo pela baixa perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Acrescenta que, nesse cenário, vale a pena aplicar no Tesouro Direto, principalmente na NTN-B, que rende inflação mais juros, estando a 5,35% neste momento.

Na renda variável, a expectativa do mercado está na decisão da equipe econômica do governo, para que se tenha uma melhor visão sobre o cenário em 2015.

#### **Contas Públicas**

O governo irá reduzir a meta para as contas públicas em 2015, a medida deve ser decidida junto ao Congresso Nacional, para evitar um ajuste fiscal. As contas públicas do próximo ano fecharão com um saldo positivo (superávit primário) equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Do contrário, será preciso promover um duro ajuste nos gastos para chegar a esse mesmo resultado. De tal forma que a política fiscal passaria a ser contracionista (retiraria recursos da economia), depois de passar dois anos remando fortemente na direção contrária.

A pesquisa mostrou ainda que as estimativas para o ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED), aquele voltado ao setor produtivo, foi mantida em US\$ 60,00 bilhões para 2014. Para 2015, foram reduzidas de US\$ 60,00 bilhões para US\$ 58,5 milhões.

#### **Internacional**

No cenário externo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o crescimento econômico mundial fique em 3,8%. O FMI reduziu as expectativas, devido a consequência da recuperação desigual com os EUA crescendo na segunda metade do ano e a zona do euro sofrendo "a incerteza de um persistente resfriamento".

O Fed também demonstra pessimismo em relação a 2015, prevendo um crescimento do PIB dos EUA entre 2,6% e 3,0%, em comparação à expectativa entre 3,0% a 3,2% de antes. O banco central americano, contudo, está mais otimista em relação ao emprego. Para 2015, o Fed prevê agora uma taxa de desemprego ainda mais baixa, entre 5,4% e 5,6%. A expectativa para o aumento nos juros dos EUA para o próximo ano é razoável, mas não há uma previsão exata de quando ocorrerá, está dependendo de como a economia evolui e como os EUA irá progredir em direção aos objetivos de emprego máximo sustentável no contexto de estabilidade de preços.

A Zona do Euro, formada por 18 países, permanecerá abaixo da meta oficial do Banco Central Europeu (BCE) – taxa inferior a 2,0% - até pelo menos 2016. Isso irá alimentar expectativas de novas medidas de estímulos, como um programa de relaxamento quantitativo, que envolveria compras de larga escala.

A União Europeia espera que o Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresça em torno de 1,1% em 2015, ante 0,8% estimado para o encerramento de 2014, o crescimento mais fraco que o esperado foi influenciado por grandes países de áreas como Alemanha, França e Itália. O crescimento fraco e a inflação baixa pioram as chances de uma recuperação da crise da dívida.

#### **4. Gestão**

De acordo com a Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, a atividade de gestão das aplicações dos recursos do RPPS para o exercício de 2014 será realizada por meio de **gestão própria**.

A competência para definir a aplicação dos recursos financeiros do RPPS PALMEIRA é da Diretoria Executiva em conjunto com o Comitê de Investimentos.

A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será apurado por empresa de assessoria financeira contratada pelo RPPS PALMEIRA, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010.

Os recursos previdenciários deverão ser alocados nos seguimentos de renda fixa e renda variável.

As administradoras de fundos deverão entregar ao RPPS PALMEIRA:

- Relatório diário contendo valor de cota, variação percentual da cota, variação percentual do CDI e quantidades de cotas que o Instituto possui no fundo de investimento. Se as informações referentes aos últimos trinta dias estiverem disponíveis em site, a administradora não precisará entregar o relatório em questão.
- Relatório mensal contendo saldo do início e do fim do mês, quantidade de cotas no início e no fim do mês, total de aplicações, total de resgates e total de rendimento.
- Relatório mensal contendo a carteira aberta do fundo.

Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre do ano, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira.

Para receber recursos do RPPS, a Administração do RPPS PALMEIRA deve observar as normas impostas no artigo 3º inciso IX pela Portaria N° 519 de 2011 alterada pela Portaria N° 440 de 2013:

IX - na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

§ 1º Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

§ 2º Quando se tratar de fundos de investimento:

I - O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:

- a) a análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- b) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- c) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

II - Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§3º A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses.

§4º As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

§5º Para fins desta Portaria entende-se por:

I – Gestão por entidade autorizada e credenciada: quando o RPPS realiza a execução da política de investimentos de sua carteira por intermédio de entidade contratada para essa finalidade, cabendo a esta as decisões sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.

II – Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.

Comentário: A Portaria nº 440/2013 aprimorou a Portaria nº 170/2012 exigindo avaliação mais minuciosa das instituições e seus produtos: na escolha de um fundo de investimentos, o gestor do RPPS precisará

avaliar o gestor e administrador do fundo, observando critérios mais específicos. O § 2º prevê que, no mínimo, deverão ser observados: o histórico e a experiência de atuação do gestor, administrador e controlador, qualificação do corpo técnico e a segregação (separação) de atividades (para evitar conflito de interesses); análise do volume de recursos sob gestão e administração e da aderência da rentabilidade do fundo em relação ao benchmark (parâmetro), assim como dos riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, em um período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Note aqui que o fundo escolhido para aplicação não precisará ter dois anos de constituição, mas a gestora ou administradora precisará apresentar dados de um ou mais fundos geridos ou administrados que tenham pelo menos dois anos de existência, para que o RPPS possa auferir a qualidade da administração e gestão de recursos.

O inciso II do art. 3º diz respeito à distribuição de produtos ofertados ao RPPS: o gestor do Regime Próprio precisará verificar se há registro do distribuidor, da instituição integrante do sistema de distribuição ou do agente autônomo de investimento, confirmando se há contrato para distribuição e mediação de distribuição do produto oferecido e verificar, ainda, a regularidade dessa distribuição na CVM.

A nova Portaria ainda resolve a questão do prazo de validade das informações obtidas no processo de credenciamento: os quesitos verificados nesta etapa deverão ser atualizados a cada seis meses. Ou seja, para que a instituição possa continuar fazendo parte da relação de entidades que podem receber aplicações do RPPS, ela precisará enviar novamente suas informações e assim renovar seu credenciamento junto ao Regime Próprio.

No § 4º do art. 3º, o Ministério da Previdência Social enfatiza a responsabilidade em relação à escolha de fundos com prazo para desinvestimento, carência e conversão de cotas: se o RPPS pretender investir em fundos com essas características, o responsável legal pelo RPPS deverá atestar que o investimento é compatível com as obrigações presentes e futuras do Regime, tendo em vista a menor liquidez dos fundos que apresentam as características enunciadas neste parágrafo. Conforme mencionado pelo Ministério da Previdência, essa medida é de suma importância, haja vista as inúmeras constatações de aplicações em fundos de investimentos que possuem períodos longos de carência, muitas vezes incompatíveis com o perfil do passivo do RPPS, gerando inúmeros problemas aos gestores, inclusive relacionados a enquadramentos.

O § 5º do mesmo artigo detalha a definição de gestão terceirizada e gestão própria, que já vinha descrita na Resolução nº 3.922/2010. A definição de cada modalidade de gestão denota de quem é a responsabilidade para alocar recursos do RPPS: no caso de gestão própria, quem decide onde realizar as aplicações é o próprio RPPS e em caso de gestão por entidade autorizada e credenciada, quem decide onde alocar os recursos do RPPS é a entidade contratada para tal finalidade.

## **5. Estratégia de Alocação de Recursos**

A Política de Investimentos refere-se à alocação dos recursos do RPPS PALMEIRA entre as instituições financeiras. Esses recursos serão alocados em segmentos de renda fixa por meio de fundos de investimentos e/ou aquisição de títulos públicos e em segmentos de renda variável por meio de fundos de investimentos, respeitando-se todos os limites, condições e vedações estabelecidas pela Resolução do CMN Nº 3.922 de 2010 ou por outra legislação que venha a complementá-la ou substituí-la, procurando-se sempre maximizar a rentabilidade dentro do mesmo nível de risco. As aplicações no segmento de imóveis somente serão efetuadas com imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social.

### **5.1. Dos Ativos Autorizados**

A alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites:

#### **Segmento de Renda Fixa**

No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social subordinam-se aos seguintes limites:

I – até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” deste inciso, e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub-índices do índice de Mercado ANBIMA (IMA) ou do Índice de Duração Constante ANBIMA (IDkA), com exceção de qualquer sub-índice atrelado à taxa de juros de um dia;

II – até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I;

III – até 80% (oitenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto, e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub-índices do índice de Mercado ANBIMA (IMA) ou do Índice de Duração Constante ANBIMA (IDkA), com exceção de qualquer sub-índice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV – até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V – até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do Regime Próprio de Previdência Social, baseando-se, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

VI – até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII – até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”.

As operações que envolvam os ativos previstos na alínea “a” do inciso I deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas pelos sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

As aplicações previstas nos incisos III e IV subordinam-se à condição de que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”. Já as aplicações previstas nos incisos III e IV e na alínea “b” do inciso VII requerem que o regulamento do fundo determine:

I – que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

II – que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

As aplicações previstas no inciso VI e na alínea “a” do inciso VII subordinam-se às seguintes condições:

I – que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

II – que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

A totalidade das aplicações previstas nos incisos VI e VII não deverá exceder o limite de 15% (quinze por cento) dos recursos do RPPS.



**Segmento de Renda Variável**

No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social subordinam-se aos seguintes limites:

I – até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem, em sua denominação e em sua política de investimento, indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;

II – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;

III – até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II;

IV – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI – até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

As aplicações previstas no segmento de renda variável, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social e aos limites de concentração por emissor, conforme regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Segmento de Imóveis**

As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio De Previdência Social.

Os imóveis que por ventura forem vinculados por lei ao RPPS poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, desde que estas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.

Conforme estabelecido na Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, para fins de cômputo dos limites definidos, não são consideradas as aplicações no segmento de imóveis.

**5.2. Dos Limites Gerais**

Para cumprimento integral dos limites e requisitos estabelecidos na Resolução, equiparam-se às aplicações dos recursos realizadas diretamente pelos regimes próprios aquelas efetuadas por meio de fundos de investimento ou de carteiras administradas.

As cotas de fundos de investimento dos segmentos de renda fixa e renda variável podem ser consideradas ativos finais desde que os prospectos dos respectivos fundos contemplem previsão de envio das informações das respectivas carteiras de aplicações para o Ministério da Previdência Social na forma e periodicidade por ele estabelecidas.

As aplicações em poupança ficam igualmente condicionadas à exigência de que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, pelo Estado.

As aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata a Resolução.

As aplicações em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto, e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub índices do Índice de Mercado ANBIMA (IMA) ou do Índice de Duração Constante ANBIMA (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia; as aplicações em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto; e ainda, as aplicações em cotas de fundos de investimento de renda variável constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento

indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBRX ou IBRX-50, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

O total das aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo de investimento.

A observância do limite acima descrito é facultativa nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo de investimento.

### 5.3. Das Vedações

Assim como foi feito em relação aos limites gerais, procurou-se observar com rigor as vedações impostas pela legislação. Assim, é vedado ao Regime Próprio De Previdência Social:

I – aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;

II – aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

III – aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;

IV – praticar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social; e

V – atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução.

### 5.4. Da definição das alocações

Diante dos ativos autorizados, observando-se as determinações da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, propõe-se adotar como parâmetro os percentuais máximos para os investimentos do RPPS PALMEIRA no quadro abaixo. A regra básica que norteará as aplicações do RPPS PALMEIRA é a da diversificação, com vistas a minimizar os efeitos causados por desempenhos indesejáveis em um ou outro segmento de aplicação.

Como o atual cenário macroeconômico permanece bastante volátil tanto na economia brasileira como na economia internacional, cabe ao RPPS PALMEIRA realizar uma análise sistemática e criteriosa sempre que for participar de qualquer processo decisório.

Essa proposta visa permitir aos gestores a flexibilização dos investimentos que ocorrerão durante o exercício de 2015 dentro das alternativas que possam vir a apresentar, no decorrer do ano, as melhores condições, na seguinte ordem de preferência: Segurança, Solvência, Liquidez, Transparência e, por último, Rentabilidade, cuja escolha dependerá da análise de cada investimento em relação à variável risco. Ainda, quanto àqueles investimentos com prazos de desinvestimento, carência e conversão de cotas, a quantia a ser aplicada dependerá de prévio estudo do Comitê de Investimentos quanto a fluxo de caixa e disponibilidades financeiras do fundo previdenciário, além de precedidas de atestado do responsável legal do RPPS.

Os limites máximos pré-estabelecidos pelo RPPS PALMEIRA demonstram a vocação do seu RPPS para o ano de 2015 no âmbito de investimentos, porém cabe salientar que diante das mudanças que estão ocorrendo na economia brasileira e internacional, sempre que necessário será realizado um estudo junto ao Comitê de Investimentos para que não ocorram eventuais desenquadramentos, bem como para que a Política de Investimentos se adeque ao cenário macroeconômico vigente adotando estratégias para que se assegure dentro da atual realidade o melhor retorno sem expor a carteira a um risco elevado e desnecessário.

Para o ano de 2015 devido à mudança do ciclo da taxa de juros para um movimento de alta como um mecanismo de contenção da inflação que se manifestou no início do ano de 2013, mais especificamente a partir do mês de abril.

Cabe também a cautela devido ao novo movimento de alta na taxa de juros na economia brasileira, com a perspectiva de queda na inflação.

Abaixo segue a tabela com os limites impostos pela Resolução do CMN N° 3.922 de 2010. Deve ser observado que a aba “Limite da

Resolução” é um limite imposto para a segurança do RPPS com a intenção de evitar perdas excessivas em mercados de maior risco.

Esse limite não é uma obrigação de aplicação, ou seja, não é necessário ser aplicado em sua totalidade de valores. Por exemplo, aplicar 100% do Patrimônio Líquido no art. 7º inciso I.

A aplicação pode variar de acordo com a necessidade do Instituto, entretanto, respeitando o limite máximo de aplicação imposto.

Além disso, a DMF Advisers para facilitar a decisão do gestor do RPPS PALMEIRA quanto à melhor alocação de ativos aproveitando ao máximo o investimento sem expor o RPPS a um risco excessivo, criou a aba “Limite Sugerido”.

Nesta aba são colocadas as porcentagens que a DMF Advisers entende como ideias para aplicação, trazendo desta forma a melhor rentabilidade com os menores riscos possíveis.

Seguimento de Renda Fixa	Lim. Resolução	Lim. Sugerido
<b>Artigo 7º, I – até 100% (cem por cento) em:</b>		
<b>Artigo 7º, I, “a”</b> - títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).	100%	100%
<b>Artigo 7º, I, “b”</b> - cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub índices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia.	100%	100%
<b>Artigo 7º, II</b> - até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I.	15%	15%
<b>Artigo 7º, III</b> – até 80% (oitenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos sub índices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer sub índice atrelado à taxa de juros de um dia.	80%	80%
<b>Artigo 7º, IV</b> – até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;	30%	30%
<b>Artigo 7º, V</b> – até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;	20%	0%
<b>Artigo 7º, VI</b> – até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;	15%	5%
<b>Artigo 7º, VII – até 5% (cinco por cento) em:</b>		
<b>Artigo 7º, VII, “a”</b> - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou	5%	5%
<b>Artigo 7º, VII, “b”</b> - cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”.	5%	5%

Seguimento de Renda Variável	Lim. Resolução	Lim. Sugerido
<b>Artigo 8º, I</b> – até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBRX ou IBRX-50;	30%	20%
<b>Artigo 8º, II</b> – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBRX e IBRX-50;	20%	20%

<b>Artigo 8º, III</b> – até <b>15%</b> (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;	15%	15%
<b>Artigo 8º, IV</b> – até <b>5%</b> (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;	5%	5%
<b>Artigo 8º, V</b> – até <b>5%</b> (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;	5%	5%
<b>Artigo 8º, VI</b> – até <b>5%</b> (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.	5%	5%

## 6. Metodologia de Gestão da Alocação

Os cenários de investimentos dessa política foram traçados a partir das perspectivas para a economia, com ênfase na política monetária, no panorama político e no comportamento das principais variáveis econômicas. Essa conjuntura será acompanhada para a realização de revisões periódicas e possíveis alterações na condução dos investimentos planejados nesse documento.

Será avaliada a aderência à Política de Investimentos e ao cumprimento da meta atuarial através de relatórios trimestrais. Também serão efetuadas análises das rentabilidades através de acompanhamentos diários e mensais, efetuando-se comparativos com o Benchmark e indicadores econômicos. As estratégias de investimento foram elaboradas com ênfase à aversão ao risco.

O Regime Próprio de Previdência Social somente poderá aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento gerido por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como:

I – de baixo risco de crédito; ou

II – de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Na aplicação dos recursos do Regime Próprio De Previdência Social em títulos e valores mobiliários, nos casos de Gestão Própria ou Gestão Mista, conforme disposto na Resolução, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

## 7. Dos Riscos

Segue abaixo tabela com as notas mínimas, consideradas como baixo risco de crédito, aceitos pelo RPPS PALMEIRA:

Desta forma, para qualquer investimento o RPPS PALMEIRA deverá seguir os critérios acima estipulados, de acordo com cada uma das agências classificadoras de crédito.

Também é importante que o Instituto de Previdência esteja atento a todos os riscos inerentes aos fundos de investimentos, entre os quais os mais importantes são:

### 7.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, inclinação e curvatura das curvas de rendimentos, às volatilidades das taxas de juros e spreads de crédito.

- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “commodities”.

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por meio do acompanhamento do Value-at-Risk (VaR) para as posições dos planos de benefícios como um todo.

No caso dos investimentos em renda variável, o monitoramento do risco de mercado é feito por meio do Benchmark Value-at-Risk (B-VaR), que mede o risco gerado pela diferença entre a composição da carteira teórica e a composição da carteira do Instituto em determinada data.

### **7.2. Risco de crédito**

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

Segundo a Resolução CMN nº 3.922, de 2010, todo RPPS deve estabelecer, com base em agências classificadoras de risco de crédito em funcionamento no País, quais são os ratings por ela considerados como de baixo risco de crédito. As possíveis classificações utilizadas por cada agência de risco de crédito estão descritas pelas próprias agências, em documentos técnicos, fora do escopo desta política de investimentos.

### **7.3. Risco de liquidez**

O risco de liquidez se caracteriza pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. Nesse caso, o gestor pode encontrar dificuldades para negociar esses papéis pelo preço e no prazo desejado. O custodiante, conseqüentemente, terá dificuldades para liquidar suas posições.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para o RPPS PALMEIRA, que adotará um sistema de gerenciamento do risco de liquidez de forma a manter constantemente, porém sem excessos, recursos suficientes em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Instituto busca reduzir a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

## **8. Da Consultoria Financeira**

Através de processo de licitação, e/ou dispensa, o RPPS PALMEIRA contratou a empresa DMF Advisers para prestação de serviços de consultoria econômica financeira de acordo com o que estabelece o Artigo 18 da Resolução CMN nº 3922 de 2010.

Entre os serviços prestados pela DMF Advisers estão a análise dos investimentos dispostos na Resolução CMN nº 3922 de 2010 cujo trabalho da consultoria contempla não somente estes, mas também:

Elaborar anualmente, e se for o caso, revisar ao longo do ano vigente, a Política Anual de Aplicação dos Recursos de acordo com o Artigo 4 da Resolução CMN nº 3922 de 2010 e da Portaria MPS Nº 519 de 2011.

Elaborar mensalmente Relatório de Enquadramento das Aplicações Financeiras com base nas modalidades de fundos de investimento definidas na Resolução 3922/10.

Elaborar mensalmente Relatório de Desempenho contemplando todas as aplicações financeiras do RPPS PALMEIRA de acordo com a Portaria MPS Nº 519 de 2011.

Elaborar, sob demanda, Análise Específica para Investimentos Alternativos (FII, FIP e FIDC) permitidos pela Resolução nº 3922/10 do CMN.

Ademais, a assessoria relativa às aplicações dos recursos do Instituto deverá estar sempre embasada nos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez e solvência.

A equipe técnica da DMF Advisers, responsável pelo auxílio na gestão dos recursos do RPPS será composta por:

- Renato Di Matteo Reginatto – Advogado e Consultor Financeiro CVM
- Patrícia Almeida Alves Misson – Economista

## 9. Disposições finais

Preliminarmente, devemos observar as diretrizes da Resolução do CMN Nº 3.922 de 2010 quanto ao enquadramento das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Os Regimes Próprios de Previdência Social que possuírem, na data da entrada em vigor desta Resolução, aplicações em desacordo com o estabelecido, poderão mantê-las em carteira até o correspondente vencimento ou, na inexistência deste, por até 180 (cento e oitenta) dias.

Até o respectivo enquadramento nos limites e condições estabelecidos na Resolução, ficam os Regimes Próprios de Previdência Social impedidos de efetuar novas aplicações que onerem os excessos porventura verificados, relativamente aos limites ora estabelecidos.

Não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos na Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da ocorrência.

Em razão disso o RPPS PALMEIRA opta por uma gestão com perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco. Contudo, tendo em vista garantir, ou superar, a meta atuarial, essa gestão buscará as melhores rentabilidades dentro dos investimentos selecionados.

Dadas tais expectativas, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no exercício de 2015.

Palmeira, 20 de Novembro de 2014.

**LUIZ CARLOS DE CARVALHO**

Presidente do RPPS

**SIMONE FOLLADOR**

Tesoureira do RPPS

**EVANDRO PACHECO SANTOS**

Secretário do RPPS

**Publicado por:**

Anagáís Celícia Bagdinski

**Código Identificador:**E1DE664B

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/12/2014. Edição 0648

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>